

Políticas de Preservação do Acervo de Obras Raras da BU/UFSC: um estudo

Gleide Bitencourte José Ordovás (UFSC) - gleide.bjo@ufsc.br

Gisela Eggert Steindel ((UDESC)) - f9giza@gmail.com

Resumo:

Este estudo objetiva propor a constituição de uma comissão para formular políticas de preservação do acervo de obras raras da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Livros podem tornar-se, dependendo de vários fatores, um patrimônio histórico. Cabe às instituições públicas a salvaguarda da história de cada região. Em se tratando de acervos bibliográficos raros, a fragilidade dos suportes expõem estas obras aos riscos da degradação. Com estas premissas, verifica-se a importância da criação de políticas de preservação de acervos raros. Tendo em vista que a Biblioteca Universitária da UFSC possui um acervo de obras raras sob sua guarda e não possui políticas para preservação deste acervo, torna-se salutar esta proposta.

Palavras-chave: *Obras raras; Biblioteca universitária; Políticas de preservação de acervos.*

Eixo temático: *Eixo 9: Bibliotecas, Preservação e Memória.(Gestão de Preservação em Bibliotecas; Gestão de Coleções Especiais e Livros Raros; História dos Bibliotecários e da Biblioteconomia no Brasil; Sustentabilidade, preservação e baixo recursos; Democratização, acesso e preservação de acervos patrimoniais).*

INTRODUÇÃO

A falta de políticas e normativas para nortear a constituição de acervos de obras raras, no Brasil, agrava uma situação que já é bastante crítica. Mesmo as instituições responsáveis por manter esses acervos não possuem, muitas vezes, o ambiente adequado, moveis e materiais necessários para conservar e preservá-los. Este quadro se agrava com a falta políticas de preservação de acervos, recursos humanos, financeiros e institucionais. Neste contexto, o papel das universidades públicas é essencial, por ser uma das poucas instituições que possui tanto o interesse quanto as competências adequadas para formular projetos e planejar ações de intervenção nos acervos raros que por ventura tiver acesso e/ou guarda. Carter (2003) destaca que os livros podem transformar-se em patrimônio histórico, devido a sua importância e de acordo com vários fatores. Dodebei (2008, p. 02), ao discutir patrimônio material e imaterial, exemplifica que:

Temos então que o conceito de patrimônio é adequado às ideias de: herança, tradição, conhecimento, experiência, legado, vivência, entre outras expressões que denotam a ideia de transmissão natural da cultura, de uma geração à outra.

A mesma autora disserta sobre as mudanças nas atribuições de valores patrimoniais aos objetos textuais, advindas das inovações das tecnologias da escrita. Os registros escritos ganham importância de patrimônio e são acumulados, guardados por famílias ou instituições. Esta necessidade de guardar os registros vem do “desejo de perpetuar a memória” (DODEBEI, 2008, p. 5). Verifica-se, por tanto, a importância de arquivos, museus, bibliotecas, monumentos, datas comemorativas, etc. O medo de perder a memória faz as pessoas acumularem tudo que possa parecer importante, como se no futuro isso venha a tornar-se essencial. E assim vemos surgir vários acervos particulares ou institucionais, e dentro destes acervos encontramos as obras raras, que passadas por critérios de raridade, enumerados por instituições normalizadoras, recebem destaque em instituições responsáveis por sua guarda.

O acervo bibliográfico quando torna-se, por característica, um acervo raro, pode representar alguns problemas para as instituições que os guardam.

Um destes problemas é a falta de normas nacionais que determinem os procedimentos para a constituição e posterior preservação de tal acervo.

Se pensarmos em acervos raros inseridos em bibliotecas universitárias, algumas questões se destacam, pois como bem defende Rodrigues (2006, p. 116):

As bibliotecas universitárias possuem a missão de prover infraestrutura bibliográfica, documental e informacional para apoiar as atividades acadêmicas, buscando centrar seus objetivos nas necessidades de informação dos indivíduos, membros da comunidade universitária.

Estas bibliotecas são centros de referência para pesquisadores e estudantes e por tanto podem gerar novas pesquisas baseadas em fontes antigas, servir de laboratório para alguns cursos e até para os funcionários, que podem desenvolver técnicas de conservação e preservação de acervos e fomentar a produção científica da área.

Em qualquer tipo de biblioteca que tenha acervos baseados em suportes físicos - que na sua grande maioria são papéis a base de celuloide, um composto orgânico, passível de degradação - o manuseio dos acervos trará desgastes pelo uso, e por tanto, necessita de cuidados para preservar sua integridade física. Como afirma Lino, Hannesch e Azevedo (2007, p. 61)

Um dos grandes problemas enfrentados pelas bibliotecas hoje é o fato de que suas coleções estão num crescendo de deterioração. O acervo bibliográfico sob a guarda de nossas bibliotecas é matéria orgânica e, como tal, tem um tempo de vida.

Mesmo as bibliotecas que utilizam suportes digitais para seu acervo, precisam de manutenção nos servidores responsáveis pela guarda dos dados, ou nas máquinas disponíveis para recuperação da informação.

Os acervos de obras raras tem por principal característica a fragilidade dos materiais, quando trata-se de obras antigas, as ações do tempo podem ser verificadas em sua intensidade no desgaste das impressões, danos nas lombadas, possíveis infestações de insetos ou fungos, entre outras possibilidades. Estes acervos, geralmente, são de acesso restrito, e precisam receber tratamentos especiais na forma de seu manuseio, guarda e manutenção. Além de monitoramento constante de seu estado. Para que isto ocorra de forma adequada, a criação de políticas de preservação de acervos

raros é premente nestas instituições. As políticas de preservação devem ser específicas para estes acervos, por conta das características especiais encontradas nas obras raras, como a possibilidade de digitalização do acervo para conservar o suporte físico.

Este estudo é voltado especificamente para a coleção de obras raras que encontra-se sob a guarda da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC). Verificou-se, na instituição, que a biblioteca possui Políticas de desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas e Critérios de Seleção de Obras Raras, mas não possui políticas para preservação dos acervos raros. Com estas premissas vale questionar, o que pode ser feito para instigar a criação de políticas de preservação do acervo de obras raras da BU/UFSC.

Partindo dessa questão norteadora, o objetivo geral deste estudo é instigar a criação de uma comissão para discussão e possível elaboração de políticas de preservação para as obras raras da BU/UFSC. Nessa trilha, os objetivos específicos são: estudar as normas vigentes utilizadas para definir e identificar obras raras na Biblioteca Central da UFSC, bem como as políticas de gestão do acervo geral; levantar informações sobre o estado de conservação do acervo de obras raras da BU/UFSC; averiguar documentos que norteiam a elaboração de políticas de preservação para acervos raros, no âmbito nacional; instigar, por meio deste estudo, a criação de uma comissão, pluridisciplinar, formado por profissionais que atuem nas áreas de preservação e conservação de acervos, para discutir e elaborar as políticas de preservação do acervo de obras raras da BU/UFSC.

Os métodos utilizados para elaborar este estudo o caracterizam como uma pesquisa documental, pois utilizou-se dos documentos encontrados no acervo raro, objeto deste estudo, para levantamento dos dados.

DISCUSSÃO, RESULTADOS ESPERADOS E CONSIDERAÇÕES

Partindo dos dados levantados nesta pesquisa, verificou-se algumas características do acervo de obras raras da BU/UFSC. Ele foi constituído, em sua maioria, por meio de doações. As obras existentes não seguem uma cronologia ou assuntos relacionados. São exemplares únicos e de assuntos

diversos. Começou a ser constituído na década de 70, e é resultado da incorporação de acervos de outras instituições ligadas a UFSC, doação de acervos particulares, e ao longo dos anos outras doações se seguiram, bem como a aquisição direta da biblioteca. Fica localizado no segundo piso da Biblioteca Central da UFSC, em uma sala reservada. Este acervo não possui um inventário, nem políticas de conservação e preservação.

A presença deste acervo justifica-se pela demanda de usuários que solicitam acesso ao seu conteúdo. É utilizado para pesquisas históricas, laboratório para os alunos de biblioteconomia, arquivologia e história. Parcerias são criadas com os departamentos destes cursos, o que resultam em benefícios para a instituição e seus usuários. Aos cursos possibilita um laboratório prático para capacitar os futuros profissionais. Por todas estas premissas, a criação de políticas de preservação deste acervo encontra sua importância e urgência.

A criação de políticas de preservação de acervo resulta em: planejamentos de ações de preservação; possibilita, para a instituição responsável por acervos raros, projetar medidas de preservação; contribuir na tomada de decisão referente a segurança das coleções; elaborar capacitação para os funcionários e usuários que os instrua das formas correta de lidar com estes tipos de acervos, tornando-os assim agentes de preservação; ter dados para verificar os recursos necessários para manter estes acervos; elaboração de normas técnicas para conservação deste acervo; desenvolvimento de projetos de reprodução do acervo para garantir a preservação dos acervos originais; e salvaguardar estes acervos para a posteridade, sem limitar o seu acesso.

Os acervos raros precisam de tratamento especial, medidas que garantam sua preservação, e para que estas medidas entrem em vigor e sejam adotadas de forma eficiente nas instituições, elas devem fazer partes das políticas voltadas aos acervos. E por isso torna-se premente o desenvolvimento de um documento que ganhe caráter oficial na instituição, no caso da preservação do acervo, deve-se criar as políticas de preservação:

A política de preservação é uma ação superior que engloba o desenvolvimento e implantação de planos, programas e projetos diversos. Cabe a ela, definir objetivos, limites e diretrizes, que vão configurar uma linha de trabalho

institucional. Está associada, por sua vez, a outras políticas institucionais, como política de aquisição e descarte, política de segurança, política de captação de recursos etc. (LINO; HANNESCH; AZEVEDO, 2007,p. 64).

Para que a política de preservação ocorra, deve estar vinculada à Política de Desenvolvimento de Coleções da instituição. Todos os procedimentos elaborados para a política de preservação devem ser documentados, seguir um projeto de implantação. O projeto deve prever a continuidade dos procedimentos e determinar etapas a serem seguidas.

Este estudo se desenvolveu com o intuito de fomentar a criação de uma comissão que possa planejar e elaborar estas políticas, para o acervo de obras raras da BU/UFSC.

REFERÊNCIAS

CARTER, Karin Kreismann. O livro raro e os critérios de raridade. **Revista Museu: cultura levada a sério**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=5484> Acesso em: 14 jun. 2017.

DODEBEI, Vera. **Patrimônio digital virtual: Herança, documento e informação**. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. 2008.

LINO, Lucia Alves da Silva; HANNESCH, Ozana; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Política de preservação no gerenciamento de coleções especiais: um estudo de caso no Museu de Astronomia e Ciências Afins. ANAIS da Biblioteca Nacional: v.123, p. 59-75, 2003. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2007. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_123_2003.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. **Ci. Inf**, v. 35, n. 1, p. 115-121, 2006.